

POLÍTICAS PÚBLICAS: HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Maria Tereza De Luca¹

¹Mestranda em Educação no Centro Universitário Moura Lacerda – CUML. Etec "Cel. Raphael Brandão", ETEC, Barretos, SP.

RESUMO

Esse trabalho apresenta fatos históricos da educação profissional no Brasil, tendo como base, os registros apresentados por teóricos da Educação, tais como: Fonseca (1961), Saviani (2008), Kuenzer (2007), Aranha (1996) e Romanelli (2007), apoiados em pesquisas bibliográficas e documentais. Trata-se de compreender, a partir de pesquisas e vigências de leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira o desenvolvimento dessa educação profissional no Brasil. Os resultados obtidos demonstram que segundo Fonseca (1961), a formação do trabalhador profissionalizante teve seu início no Período Colonial com os primeiros aprendizes de ofícios, os índios e os escravos, seguindo pelo Período Imperial com a criação do colégio das Fábricas por D. João VI visando atender aprendizes vindo de Portugal (GARCIA, 2000), depois com a República em 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices destinada ao ensino profissional, primário gratuito (Ministério da Educação, 2007, p. 2) finalizando com as Lei das Diretrizes e Bases da Educação–LDB, nº 5692/71, tornando compulsória o currículo do segundo grau em técnico profissional e LDB-9394/96 superando o assistencialismo e preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do Brasil. Assim é fundamental a análise de como que conheçamos como a educação profissional desenvolveu-se historicamente. Partimos do pressuposto de que a formação escolar sempre esteve aliada com a concepção do mundo do trabalho e das relações sociais, tendo em vista ser a escola quem prepara os indivíduos para o mundo da produção.

Palavras-chave: história da educação, ensino profissionalizante, formação para o trabalho.

PUBLIC POLICIES: HISTORY OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT

This work presents historical facts about professional education in Brazil, based on the records presented by education theorists such as Fonseca (1961). Saviani (2008), Kuenzer (2007), Aranha (1996) and Romanelli (2007), supported by bibliographical and documentary research. It is a question of understanding, from researches and vigencias of laws of Guidelines and Bases of the Brazilian Education, the development of this professional education in Brazil he results show that according to Fonseca (1961), the formation of the vocational worker began in the Colonial Period with the first apprentices of trades, the Indians and the slaves, followed by the Imperial Period with the creation of the college of Factories by D. João VI aimed at attending apprentices from Portugal (Garcia, 2000), then with the Republic in 1909, Nilo Peçanha assumes the Presidency of Brazil creating 19 Schools of Armed Apprentices for free vocational education (Ministry of Education, 2007, p. 2) finalizing with the Laws of the Directives and Bases of Education-LDB, nº 5692/71, making compulsory the secondary school curriculum in professional technician and LDB-9394/96 overcoming the welfare and social prejudice contained in the first legislations of professional education of the Brazil.

Thus, it is fundamental to analyze how we know how professional education has developed historically. We start from the assumption that school education has always been allied with the conception of the world of work and social relations, given that the school prepares individuals for the world of production.

Keywords: history of education, vocational education, training for work

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um artigo, sobre a História do Ensino Técnico-Profissionalizante no Brasil, desde o período colonial, período imperial, republica até a vigência da lei da Diretrizes e Bases 9394/96. O objetivo central deste estudo pauta-se na necessidade de analisar a constituição do Ensino Médio no Brasil e sua relação com a formação profissional, desde o início do século XVI até a implantação do Ensino Médio Integrado em âmbito nacional e estadual. A pesquisa realizada para e elaboração deste trabalho pautou-se em uma revisão de literatura e bibliográfica sobre os autores que trabalham com a temática tais como: Saviani (2008), Kuenzer (2007), Aranha (1996) e Romanelli (2007).

Assim, neste contexto do neoliberalismo e dos discursos oficiais, o grande entrave para compreender o desenvolvimento econômico do Brasil deve-se à precariedade da qualificação da mão-de-obra de seus trabalhadores e o surgimento do ensino profissionalizante.

Por fim, podemos dizer que no mundo globalizado, onde mercado e trabalho regem a sociedade, encontramos suporte nos argumentos apresentados pelos autores estudados, que as políticas públicas educacionais sempre estiveram apoiadas por instituições internacionais de financiamento – como o Banco Mundial e o FMI.

O fato é que “a educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis” (ROMANELLI, 2007, p. 23).

ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL.

Para uma melhor compreensão acerca do ensino técnico profissionalizante no Brasil, inicialmente é fundamental que conheçamos como a educação profissional desenvolveu-se historicamente.

Os primeiros aprendizes de ofícios foram os índios e os escravos e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p.68).

Esse fato foi marcado por acontecimentos históricos no início da colonização, com a vinda dos colonos portugueses para o Brasil encontrando um vasto território desconhecido e desafiador, esses colonos, passaram a morar a princípio, sozinhos, afastados, uns dos outros, perdidos, a mercê de inimigos como os ataques de animais selvagens, mata bruta e os índios. Em pouco tempo entenderam que no isolamento não seria fácil a sobrevivência, passaram então, a formar pequenos sítios e grupos de pessoas para facilitar a defesa contra os perigos da floresta. O trabalho nesses sítios era árduo e brusco envolvendo força física e habilidade manual. Esse esforço reverteu em riquezas aos colonos, ocorrendo assim, mudanças na sociedade em questão como o abandono da aprendizagem de ofícios pelos senhores rurais e entrega dos trabalhos pesados e ofícios manuais aos escravos (FONSECA, 1961).

Nesta época, os Jesuítas iniciaram o processo de educação no Brasil ministrando uma espécie de educação intelectual aos filhos dos colonos, isso levou a um afastamento de qualquer herança de trabalho físico ou profissão manual, chegando à condição que para desempenhar uma função pública o candidato não pode nunca ter trabalhado manualmente (FONSECA 1961).

Os Jesuítas durante o processo de catequização do índio sentiram a necessidade de construir capelas, isso fez com que estes padres da companhia de Jesus, ensinassem certos ofícios aos índios (FONSECA, 1961). “Edificamos com eles as suas igrejas, cujas paredes são de barro, as colunas de pau tosco e as abóbadas de folhas de palma, sendo nós os mestres e obreiros daquela arquitetura com o cordel, com o prumo, com a enxada e com a serra na mão [...]” Vieira Sermão da Epifania (VIEIRA, apud FONSECA, 1961, p17). Surgiu nessa época a mentalidade de desprezo pelo trabalho manual pelo fato de ter sido edificado por índios e escravos. Por meio desses aprendizes de ofício, inicia-se o ensino industrial.

O modo de produção escravista no Brasil, vigente desde o período colonial, era um fator de desincentivo para a força de trabalho dos homens livres no campo do artesanato e da manufatura por ser executados por uma classe desafortunada. A distinção nas tarefas efetuadas pelos escravos como os ofícios de carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, marcaria uma discriminação entre as relações sociais.

Segundo Saviani (2008), essa distinção social se fazia presente conforme a necessidade do Estado. Assim, sempre quando um empreendimento de maior necessidade de contingente de artífices, o Estado coagia homens livres a se transformarem em operários. Para essa ação, o Estado procurava, decerto, não quaisquer homens livres, mas selecionava entre os que menos representavam, social e politicamente, resistência. Dentre essa categoria, faziam-se presentes os órfãos, os abandonados e os desvalidos em geral.

Para Saviani (2008) com a vinda da família real em 1808, muitas transformações ocorreram no modo de viver na Colônia. No que concerne à educação e cultura, medidas foram tomadas como a criação da Imprensa, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional, do Jardim Botânico, bem como a presença de pintores e viajantes estrangeiros, na chamada Missão Cultural, que resultou na criação da Escola Nacional de Belas Artes.

Ainda de acordo com Saviani (2008), a primeira intervenção de D. João VI no campo educacional se dá com a implantação do ensino superior, em detrimento ao ensino elementar e o técnico. Isso se constitui como ponto relevante na formação do pensamento elitista da educação, por atender às demandas mais abastadas da sociedade brasileira.

Romanelli (2007) corrobora com essa tese, afirmando que a cultura transplantada da Europa na fase colonial, propiciou um ensino e uma formação desigual na sociedade nascente. Neste sentido, Romanelli (2007, p. 24) assinala alguns fatores para a ausência de interesse pela formação técnica no Brasil: a) primeira, a herança cultural que resultou do transplante da cultura letrada da civilização européia para o Novo Mundo; b) depois, o passado colonial que criou a ordem social escravocrata e estigmatizou o trabalho manual e as profissões técnicas; c) finalmente, a forma como se introduziu a industrialização nos países subdesenvolvidos.

Podemos considerar que as desigualdades sociais eram legitimadas e disseminadas pelo Estado e pelas iniciativas particulares durante todo o Império. Saviani (2008) nos diz que tais incentivos para o ensino de ofícios manufatureiros, tanto por parte do Estado como pelas entidades privadas, fundamentava-se no discurso ideológico de incutir nos homens livres a motivação para o trabalho; evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política; propiciar a criação de fábricas por contar com força de trabalho qualificada; favorecer os próprios trabalhadores com salários melhores.

No início do regime republicano, coube aos positivistas o desenvolvimento da educação escolar no Brasil. O positivismo atuou de forma marcante no ideário das escolas estatais, sobretudo na luta a favor do ensino leigo das ciências e contra a escola tradicional humanista religiosa. (...) No Brasil, o positivismo influenciou as medidas governamentais do início da República e, na década de 70, quando houve a tentativa de implantação da escola tecnicista. (ARANHA, 1996, p. 140)

Portanto, um dos primeiros problemas enfrentados pelo iminente governo republicano foi a questão do trabalho e da formação profissional, visando atender a necessidade de formação de mão-de-obra com certa qualificação, motivo da implantação de escolas federais de formação técnica. Neste sentido, constatamos no início do século XX as primeiras intervenções de políticas públicas favoráveis ao ensino técnico-profissional no Brasil. Ao analisar segundo Saviani (2008) a educação brasileira no século XX, em especial após a reforma Francisco Campos (1932) e a Reforma Capanema (1942), quando o Ensino Médio foi instituído no sistema educacional brasileiro, podemos observar a intrínseca relação existente entre a escola e as demandas postas por modificações ocorridas no sistema capitalista. Tais modificações, fruto das crises inerentes ao

sistema capitalista, engendram a necessidade de reorganizar-se econômica, política, social e culturalmente para superar tais crises e manter a hegemonia burguesa.

Sendo a educação um mecanismo de produção e reprodução do conhecimento – especialmente ao considerar que a escola se estrutura física e pedagogicamente para atender as determinações do sistema capitalista – surge a necessidade de compreender as relações do sistema capitalista com o Ensino Médio no decorrer do século XX e início do século XXI, no contexto da formação profissional, que prepara os futuros trabalhadores. Uma das principais características da educação no Brasil é a forte distinção entre a educação destinada à classe trabalhadora e aquela voltada para a elite: o que se denomina dualidade estrutural (KUENZER, 2007).

Pode-se afirmar que para a elite torna-se necessária ampla formação, que permita à classe adquirir grande parte dos conhecimentos construídos historicamente; já à massa, relega-se uma formação pautada no trabalho, numa perspectiva de profissionalização, fragmentação e superficialidade.

Para Freitas (2007) a questão é um pouco mais complexa que isso, pois deixada a lógica do mercado o resultado é a institucionalização de escola para ricos e escola para pobres. Ainda para Freitas (2007) a primeira escola sempre será destinada a elite detentora do capital e exploradora de mão-de-obra e a segunda escola, esta sempre será destinada a formação de mão-de-obra que o mercado necessita.

Desse modo, a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida “demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho” (KUENZER 2007, p. 27).

Observamos, desta maneira, que a educação adquiriu o papel de formar a elite para os cargos de dirigentes e, por outro lado, formar os pertencentes à grande massa para tornarem-se trabalhadores especializados numa única função – tendo suas consciências fragmentadas diante da totalidade do processo produtivo, uma vez que esses estariam aptos apenas a desempenhar funções específicas (FREITAS, 2007).

Kuenzer (2007) afirma também que, além das Escolas de Aprendizes Artífices se transformarem em escolas Técnicas Federais, mediante a instituição das Leis Orgânicas em 1942, a iniciativa privada cria o sistema S, representado pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SESI (Serviço Social da Indústria), visando a atender à demanda da indústria na obtenção de mão de obra qualificada. Cabe observar que com o surgimento do sistema S (SENAI, SESI, SESC, SENAC, SENAR) o Estado, ao descentralizar sua responsabilidade frente à formação e qualificação profissional do trabalhador, incumbiu ao próprio empregador o papel de investir na qualificação de seus empregados, conforme as suas necessidades (SAVIANI, 2008).

A educação tecnicista no Brasil passa a ter uma maior atenção do governo durante o período da Ditadura Militar. Esse modelo de educação visava adequar-se ao sistema de produção capitalista, com redução de tempo, esforços e custos na formação de uma sociedade da era industrial e tecnológica. Segundo Saviani (2008, p. 263), para atender a esse propósito, “o governo militar não revoga a LDB/61, mas introduz alterações e faz atualizações”. Demonstrando o caráter autoritário do período, o autor conclui: “Enquanto a Lei 4.024/61 fora antecedida por amplo debate na sociedade civil, as Leis 5.540/68 e 5.692/71 são impostas por militares e tecnocratas”.

Saviani (2008) reitera a interferência norte-americana no cenário político e econômico do Brasil no golpe de 64 reflete também na educação. No campo educacional, alguns acordos são realizados entre Brasil e Estados Unidos, sendo o de maior destaque o MECUsaid, parceria do Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*.

O Banco Mundial participa de forma estratégica no desenvolvimento das políticas educacionais, ao exportar seu modelo de políticas educacionais para os chamados países em desenvolvimento, que por sua vez estão atrelados com os interesses do capital internacional. Desta forma, o papel da educação limita-se em reproduzir a força de trabalho para o mercado, assimilando ideologicamente os interesses do capital.

Na década de 1980, a promulgação da lei 7.044/82 reafirma o fim da escola única e, conseqüentemente, a permanência do ensino dual – que oferta uma formação frágil para a classe trabalhadora, voltada para “competência no fragmento” e uma formação para a cultura e para o conhecimento científico, para os filhos da elite. Ao término da década de 1980 e início da década de 1990, o cenário educacional brasileiro sofre novas mudanças, devido à reestruturação ocorrida no modelo de produção capitalista a nível mundial, bem como pela conjuntura brasileira, com o processo de democratização da sociedade.

O IMPULSO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Um novo modo de se viver emergiu a partir dos anos 1990, pós-queda do Muro de Berlim e ascensão do mundo globalizado, sendo esse o momento definidor na reforma da educação profissional brasileira. Era preciso quebrar ou pelo menos suavizar o tabu – que ainda hoje persiste – entre a dicotomia Educação Superior e Ensino Técnico, fator que impede a adesão e propagação de novas estratégias no campo da formação escolar. A formação profissional, desde o princípio, sempre foi sinônimo de “formação de mão-de-obra”, reservada, portanto, às classes menos favorecidas. Isso cristalizou na sociedade a distinção entre aqueles que detinham o saber e os que executavam as tarefas manuais.

O progresso técnico é um fator relevante que está ligado às 40 vicissitudes e transformações do mercado de trabalho, influenciando diretamente no nível e na qualidade do emprego, seja por meio da formação técnica ou superior. Os anos 90 do século XX representaram a consolidação da Educação Profissional no Brasil. Em 1996, ao sancionarem a então vigente LDB 9.394/96, coube um capítulo específico para este modelo de ensino.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade

Desta forma, seguindo os ditames da política neoliberal, a educação profissional no Brasil ganha uma nova roupagem, a qual objetivou segundo Freitas (2007) “deslocar do conflito entre

capital e trabalho o agravamento da crise social existente”. As idéias propaladas consideravam que os altos níveis de desemprego eram conseqüências da má qualificação dos trabalhadores, e que para Freitas (2007, p. 968) a “única saída para as populações marginalizadas econômica e socialmente é a apropriação de um novo capital cultural”, que ao proporcionar melhor qualificação e habilidades os colocariam em igualdade na disputa de vaga no mercado de trabalho. Conforme Freitas (2007), a reformulação do nível médio nas escolas profissionalizantes neste período, representou um retrocesso, ao reforçar a dicotomia já existente no âmbito do sistema educacional brasileiro entre a formação geral e a profissional.

Deste modo, corroborando ainda mais esta dicotomia existente no sistema educacional brasileiro, temos o PNE 2014/2024 (Plano Nacional de Educação) com o texto da meta 11 que diz:

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.8) institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);

11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as

condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14) estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores

Portanto, torna-se importante destacar que na sociedade capitalista da qual fazemos parte as condições de acesso, permanência e sucesso escolar não são as mesmas para todos os alunos, desta forma, a equidade não pode ser tomada como igualdade, pois ela não existe, as diferenças de classes sociais, interferem nas possibilidades reais e concretas do aluno na escola. Para Gentili (1995), o neoliberalismo tem utilizado o discurso da qualidade para legitimar suas estratégias políticas e mercantilizantes. No entanto, para os neoliberais a qualidade não é algo que deve qualificar o direito à educação, a qualidade como propriedade supõe diferenciação no universo dos consumidores de educação, que em nosso país não são todos. A qualidade, como propriedade, não é universalizável, na medida em que as majorias estão excluídas deste direito. Nesta lógica o Estado pouco ou nada pode fazer para melhorar a qualidade educacional, levando a um nivelamento por baixo dos padrões do ensino.

Por fim, pode-se dizer que, a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano, que habilita as pessoas para competir pelos empregos disponíveis. O lema assumido é do aprender a aprender que passa a ser entendido como a necessidade da constante atualização exigida pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade segundo Saviani (2008) confirmando mais uma vez a necessidade de se manter a meta 11 do PNE (2014/2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem como objetivo central preparar as novas gerações para viver em sociedade, independente do contexto histórico-social que o cerca. Reconstruindo o cenário educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao ensino médio e a formação profissional, torna-se nítido a presença da dualidade estrutural e o foco único da escola em adequar a massa da população para o trabalho.

Independente do partido político que fundamenta um dado Governo, dificilmente a escola terá autonomia para adotar objetivos contrários aos dos interesses da classe dominante, pois a escola necessita sistematizar o conhecimento construído pelo homem ao longo de sua história e preparar as novas gerações para atender as demandas sociais.

No resgate histórico do ensino profissionalizante no Brasil, encontramos o entrave neste modelo de ensino caracterizado pela forma pejorativa com que foi instituído na sociedade brasileira. Desde a Colônia, o trabalho manual era discriminado pela sociedade por ter sido executado por classes menos favorecidas, ou seja, os escravos e índios. Esse pensamento permaneceu no Império e consolidou-se na República ao considerar este modelo de ensino destinado a amparar as camadas menos privilegiadas, representando um caráter meramente assistencialista.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB-9394/96 tenta superar o assistencialismo e preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do Brasil. Ainda hoje é notória a dicotomia disseminada e arraigada entre ensino superior e ensino técnico, ou seja, um voltado para o ensino intelectual e o outro para o manual. A sociedade enxerga na formação de nível superior uma maior ascensão social e melhor colocação no mercado

de trabalho, principalmente em termos de salários mais elevados. Num viés contrário, o ensino técnico é visto de forma pejorativa como algo voltado para a classe “braçal” de trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em 10 de maio de 2017.

BRASIL, **Lei nº 13.005**, de 25 de Junho de 2014. **PNE-Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 10 de maio de 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educ. Soc.**, v.28, n. 100, p. 965-987. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>. Acesso em 10 de maio de 2017.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

KUENZER, Acacia. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. revisada e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.